



EMENDA Nº - CMMPV 899/2019

Dê-se nova redação aos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019, nos seguintes termos:

“Art. 12. A proposta de transação por adesão será divulgada na imprensa oficial e nos sítios dos respectivos órgãos na internet, nos termos de Decreto específico que especifique, de maneira objetiva, as hipóteses fáticas e jurídicas nas quais a Fazenda Nacional propõe a transação no contencioso tributário, aberta à adesão de todos os sujeitos passivos que nelas se enquadrem e satisfaçam às condições previstas nesta Lei.

§ 1º O Decreto definirá as exigências a serem cumpridas, as reduções ou concessões oferecidas, os prazos e as formas de pagamento admitidas, observadas:

I - as vedações previstas nos incisos I e II e nas alíneas “a” e “b” do inciso III do § 2º do art. 5º; e

II - os limites previstos no inciso I do § 3º do art. 5º.

§ 2º É vedada a acumulação das reduções oferecidas pelo Decreto com quaisquer outras asseguradas na legislação em relação aos créditos abrangidos pela proposta de transação.

§ 3º O Decreto estabelecerá o prazo para adesão à transação e eventual limitação de sua abrangência a créditos que se encontrem em determinadas etapas do macroprocesso tributário ou que sejam referentes a determinados períodos de competência.

§ 4º A celebração da transação, nos termos definidos no Decreto de que trata o caput, compete:

I - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, no tocante aos tributos federais que se encontram sob sua administração e controle; e

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas demais hipóteses legais.

Art. 13. A transação somente será celebrada se constatada a existência, na data de publicação do Decreto, de ação judicial, embargos à execução fiscal ou recurso administrativo pendente de julgamento definitivo, relativamente à tese objeto da transação.





Art. 14. Atendidas as condições estabelecidas no Decreto, o sujeito passivo da obrigação tributária poderá solicitar sua adesão à transação, observado o procedimento estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

.....

Art. 16. A transação será rescindida quando:

I - contrariar decisão judicial definitiva prolatada antes da celebração da transação;

II - for comprovada a existência de prevaricação, concussão ou corrupção passiva na sua formação;

III - ocorrer dolo, fraude, simulação, erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito; ou

IV - for constatada a inobservância de quaisquer disposições legal ou do Decreto.

Parágrafo único. A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas em lei”.

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que esta Medida Provisória, convertida em Lei, supra o disposto no artigo 171 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), na qual determina que a lei deve estabelecer as condições para a celebração da transação mediante concessões mútuas entre o sujeito ativo e passivo da obrigação tributária. Porém, acreditamos que, ao colocar em nível de Decreto trazemos a responsabilidade ao ator político que tem a competência necessária a estabelecer os contornos necessários, bem como, competência para acionar todo aparato estatal necessário para fazer as análises e verificações necessárias para estabelecer as renúncias fiscais.

Outro ponto a merecer retificação refere-se ao parágrafo 4º do artigo 12, que define a competência para celebração da transação referente a créditos tributários em cobrança administrativa. O texto original da MP 899/19 consta restrição da Secretaria da Receita Federal (SRF) para celebrar





transação apenas no âmbito do contencioso administrativo, transferindo as demais situações de cobrança administrativa para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ocorre que a administração e controle dos créditos tributários, enquanto não encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União, é de competência da Secretaria da Receita Federal, de maneira que a SRF deve ser o órgão competente para efetuar a celebração da transação dos créditos tributários ainda não transferidos à PGFN para fins de inscrição em Dívida Ativa da União.

O artigo 131, parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o inciso VI do artigo 4º da Lei Complementar nº 73/1993, atribui competência para a Procuradoria da Fazenda Nacional atuar no âmbito do Poder Judiciário. Já a artigo 1º da Lei nº 11.457/2007 estabeleceu que a Secretaria da Receita Federal é o órgão que tem por finalidade a administração tributária e aduaneira da União.

Por esse motivo, o texto original da MP 899/19 resulta numa provável invasão de competência legal, posto que os créditos tributários ainda se encontram sobre administração e controle por parte da Receita Federal, no entanto, a competência para celebração da transação na via administrativa, exceto o contencioso fiscal, irá pertencer a Procuradoria da Fazenda Nacional, merecendo assim a devida correção da competência legal no texto da MP 899/19 de acordo com as normas legais supracitadas.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus pares para aprovação da seguinte emenda.

Sala da Comissão,

Senadora **LEILA BARROS**

